



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 02.03.2018**

3 No segundo dia do mês de março de 2018, às 10 horas, no auditório localizado no piso térreo do
4 edifício situado à Rua Angélica 100, Jardim das Flores, em Osasco/SP, realizou-se Reunião
5 Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP. Sob a presidência da Diretora
6 Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic, contou, também, com a participação do Vice-
7 Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa e da Diretora Administrativa, Sra. Juliana
8 Mateusa Meira Cruz. Compareceram: ► os **chefes de departamento**: ► de Administração, Prof.
9 Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno; ► de Ciências Atuariais, o vice-chefe, Prof. Dr. Danilo Braun
10 Santos; ► de Contabilidade, Profa. Dra. Nena Geruza Cei; ► de Economia, Prof. Dr. Marcelo
11 Soares de Carvalho; ► do Multidisciplinar, Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveria; e ► de Relações
12 Internacionais, Profa. Dra. Fabiana Rita Dessotti. Ainda, ► os **representantes**: ► dos **docentes**:
13 Profa. Dra. Cíntia Rejane Möller de Araújo, Prof. Dr. Daniel Campos de Carvalho; Profa. Dra.
14 Luciana Rosa de Souza, Prof. Dr. Marcello Simão Branco, Profa. Dra. Nildes Raimunda Pitombo
15 Leite e Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni; ► dos **TAEs**: Srs(as) Alessandra Ramada da Mata, Ana
16 Paula Rocha Garcia de Oliveira, Andreia Naomi Kuno, Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias e
17 Maria Rosa Carnicelli Kushnir; e ► dos **discentes**: Enzo Gabriel Nogueira Lima e Renato Campioni
18 de Silos Ortega. Também os(as) coordenadores(as): ► do NAE, Prof. Dr. Douglas Mendosa, e ► da
19 Câmara de Graduação, Profa. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto. Justificaram ausência: Prof. Dr.
20 Murilo Leal Pereira Neto, por estar em férias; Prof. Dr. Osmany Porto de Oliveira, por estar gozando
21 de afastamento no exterior; e Sr. Ricardo Vieira Bertoldo. Por fim, o Sr. João Marcelino Subires,
22 avisou já no horário da reunião sobre o imprevisto de saúde que o impedia de comparecer.
23 A Profa. Luciana inaugurou os trabalhos às 10h23min cumprimentando os presentes e solicitando
24 maior esforço no cumprimento dos horários das sessões. Destacou que os conselheiros que
25 comparecem pontualmente têm de esperar meia hora até que seja registrado quórum livre. Lembrou
26 que as reuniões em 2018 estão previamente agendadas para as 10 horas, salvo determinação
27 contrária. Então, ela tratou dos **INFORMES**, começando pelos **Informes da Diretoria Acadêmica**:
28 ► **Vagas para contratação de docentes** - Comemorou a boa notícia de que, após reunião com a
29 Magnífica Reitora, estavam garantidas as duas vagas que completarão o quadro de Ciências
30 Atuariais, igualando-o aos demais cursos de graduação que já contam com dezessete docentes cada.
31 ► **Congresso Acadêmico Unifesp** - Noticiou que o grande evento da instituição foi
32 descentralizado de modo que cada *campus* será responsável pela sua programação para apresentação
33 dos trabalhos, especialmente PIBIC. Explicou que, aparentemente, a descentralização é mais
34 econômica e, ainda, possibilitaria apresentações noturnas, atendendo as especificidades do *campus*



35 Osasco. Informou que os primeiros passos já tinham sido traçados pela incipiente comissão local que
36 trabalhará em sintonia com a Câmara de Extensão, a Câmara de Graduação e o NAE. Assinalou
37 a premência de se designar tal comissão com membros atuantes, visto haver muito trabalho a ser
38 feito. Finalizou dizendo que as inscrições dos trabalhos devem acontecer em meados do mês de
39 abril/2018 para realização do Congresso a ocorrer em 11 e 12 de junho, dias letivos, mas sem aulas,
40 dedicados exclusivamente ao congresso. A presidente passou a palavra ao Vice-Diretor para tratar da:
41 ► **Divulgação de Trabalhos nas mídias locais** – O Prof. Zorzenon reportou entrevista por ele
42 concedida ao Globo Cidade que está estabelecendo sucursal no município de Osasco e abrindo
43 espaço para a universidade e outras instituições locais. O Vice-Diretor incentivou seus pares a
44 compartilharem pesquisas, projetos e ações realizados na região. A Profa. Luciana, retomou a palavra
45 e, justificando que a Diretoria Acadêmica não tem conhecimento de todos os trabalhos produzidos
46 pelos docentes do *campus*, sugeriu que o Prof. Bueno fornecesse informações sobre os cursos da
47 UAB e, ainda, declarou que os dados seriam coletados para, depois, serem encaminhados ao
48 jornalista. A Profa. Fabiana, por sua vez, lembrou que o Prof. Murilo liderou um extenso e bem
49 sucedido projeto no município no ano anterior, cujos resultados eram dignos de serem divulgados.
50 ► **Matrículas - 3ª chamada** - Sem detalhar os números de cada curso, a presidente explicou que
51 as 150 vagas remanescentes eram resultado da coincidência de datas de divulgação de resultados dos
52 processos seletivos da Unifesp e da USP. Completou dizendo que a expectativa de preenchimento
53 total seria, muito provavelmente, por volta da sexta chamada, como acontecera nos anos anteriores.
54 ► **Pedra Fundamental da Creche Municipal no Terreno da Unifesp em Quitaúna** - A
55 Profa. Luciana noticiou o início das obras de construção da creche da prefeitura no *campus*
56 Quitaúna, conforme parceria estabelecida entre a universidade e a gestão municipal anos antes.
57 ► **Obras do *campus* Quitaúna** - Destacou que durante a última reunião com a Magnífica Reitora
58 também foram reivindicados recursos para a continuidade da construção que, no momento, avança
59 lentamente. Informou que o Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes, solicitara
60 sessão extraordinária da Congregação para prestar contas sobre o andamento da obra. Terminou
61 dizendo que a data prevista era o dia 23 de março que, se confirmada, seria objeto de convocatória.
62 Então, ela passou a palavra para a Sra. Juliana para os **Informes da Diretoria Administrativa:**
63 ► **CONSU** – Ela revelou ter participado da primeira sessão do CONSU como representante TAE
64 eleita e pediu licença para divulgar informe repassado naquele plenário que entendia ser do interesse
65 de todos. A contadora falou sobre o Edital para ocupação do posto de Diretor da Escola Paulistinha
66 aberto a qualquer servidor com formação em Pedagogia e experiência docente. Comemorou a
67 oportunidade que se abria também aos seus pares de carreira. Então, tratou das notícias do seu setor:



- 68 ► **Reunião da Mesa Técnica** – Noticiou a continuação do processo de acessibilidade por meio
69 da indicação de recurso de capital com a emenda parlamentar destinada ao *campus* Osasco.
- 70 ► **Reforma da Laje** – Comemorou aval para início da obra da laje que chegou a ficar interditada.
- 71 ► **Outras Reformas** – Compartilhou a decisão de oficiar a administração municipal para
72 solicitar auxílio para realização de todas as reformas de maior porte: instalação de elevador,
73 recuperação da caixa-d'água e do quadro elétrico, renovação da quadra de esportes, entre outras.
- 74 ► **Material de Escritório e de Apoio** – Instruiu os chefes de departamento para que informassem
75 os docentes sobre como conseguir os materiais de escritório, frisando a necessidade de avisar com
76 antecedência, especialmente no caso de materiais não disponíveis e que têm de ser licitados.
77 Encerrado noticiário do setor administrativo, a presidente ofereceu a palavra para **Outros Informes:**
- 78 ► **PIBIC** - A Profa. Luciana Rosa pediu a palavra para informar sobre o edital de seleção PIBIC
79 aberto até o dia 03 de abril e cuja seleção se dará de 17 de abril a 15 de maio. Ela destacou a
80 importância de os coordenadores participarem do congresso quando da apresentação dos trabalhos de
81 seus orientandos. Também avisou que os orientadores ausentes serão impedidos de pegar bolsas no
82 ano seguinte. A Profa. Luciana acrescentou que a recente reunião realizada no *campus* sobre o
83 Congresso Acadêmico tratou não apenas de PIBIC, mas de todos os assuntos relativos à organização
84 da importante conferência acadêmica. Então, recordando-se de outros assuntos que mereciam
85 ser compartilhados com os membros, a presidente retomou os **Informes da Diretoria Acadêmica:**
- 86 ► **Sala 308 e outras instalações** - Ela compartilhou a notícia da inauguração de mais uma sala de
87 professores no terceiro piso, a 308, que já está sendo ocupada por docentes dos cursos de Direito e de
88 Ciências Atuariais. E, aproveitando o tema, acrescentou que os computadores adquiridos com a
89 verba FAPESP e previstos para a sala 304 estavam atrasados e, ainda, justificou que as salas dos
90 departamentos ainda não estavam prontas por conta da indisponibilidade de material necessário para
91 a reforma e instalação de equipamentos, como fios e cabos. Então, deixou prosseguir outras notícias:
- 92 ► **Estudo sobre Livre-Docência** - A Profa. Nildes informou sobre o estudo que vem
93 desenvolvendo, juntamente com o Prof. Emerson, acerca da Livre-Docência, e convidou seus
94 pares dos outros departamentos para se unirem em prol de um estudo do *campus*, saindo do
95 âmbito do Departamento de Administração, tão somente. Noticiou, ainda, que esse estudo deve
96 se expandir, futuramente, para dimensões *intercampi*. Ela mencionou que a análise vem
97 considerando universidades federais e estaduais brasileiras, tendo como base trabalhos da Alemanha.
- 98 ► **Editais de Assistência Estudantil** - O Prof. Douglas reportou os resultados da última reunião do
99 CAE – Conselho de Assuntos Estudantis dando conta que a PRAE tinha aberto consulta pública aos
100 editais de auxílio à permanência a ingressantes e veteranos: PAPE, PBP e Creche. Ele comentou que



101 as colaborações e sugestões seriam enviadas através do preenchimento de formulário eletrônico. A
102 presidente, então, retomou a palavra para complementar a fala do representante do NAE-Osasco:

103 ► **Designação de Recursos para Assistência Estudantil** - A Profa. Luciana disse que, apesar do
104 déficit orçamentário, o comitê gestor tinha aprovado a destinação de 6 milhões de reais para os
105 programas de assistência estudantil e 4 milhões para o Restaurante Universitário. Ela chamou
106 a atenção para a impossibilidade de se desviar verba de custeio com intuito de utilizar em ações
107 estudantis que, apesar de parecer uma decisão razoável ou até mesmo necessária, não é
108 permitida e pode resultar em litígio, como está acontecendo presentemente com a
109 Universidade Federal do Ceará que acabava de ser contestada judicialmente por tal prática.

110 ► **Copa para Estudantes** - Ela lembrou que aquele colegiado havia votado favoravelmente à
111 colocação de divisória na copa e a instalação de dois micro-ondas para os alunos, dividindo em dois
112 o ambiente anteriormente exclusivo dos servidores e cujos fornos tinham sido adquiridos com
113 recursos arrecadados entre eles. Comemorando a entrega de mais esse ambiente para uso estudantil,
114 desejou bom uso aos representantes discentes. Então, o Sr. Carlos Eduardo sugeriu que uma
115 geladeira também fosse instalada na parte designada aos alunos, ao que a Profa. Luciana respondeu
116 que, apesar de reconhecer a necessidade do refrigerador, não havia recursos suficientes no momento.
117 Então, a presidente seguiu com o **EXPEDIENTE** consultando os membros sobre as atas que eram
118 projetadas simultaneamente e, após duas sugestões da Profa. Nildes (linha 25: trocar o termo
119 “minguado” por “reduzido”, e corrigir a palavra “mais” grafada erroneamente como “mail” na linha
120 112, ambas no texto de 02 de fevereiro), **foram aprovadas as atas das sessões ordinárias de 07 de**
121 **julho de 2017 e 02 de fevereiro de 2018.** E, assim, a presidente deu início à **ORDEM DO DIA:**

122 **(1) NORMATIVA PARA A COMISSÃO DE BANCAS** - A presidente introduziu o ponto
123 lembrando que o assunto vinha transferido desde o ano anterior em razão de um concurso, (dentre
124 outros tantos), cujos trabalhos diários avançaram demasiadamente, culminando com o encerramento
125 após a meia-noite. A situação tinha gerado recurso por parte de candidata gestante que não tinha
126 informado sua condição antecipadamente e sentira-se mal - alegadamente em razão da extensa e
127 exaustiva jornada dos trabalhos. Esse fato suscitou a elaboração de normas para a realização dos
128 certames, cujo conteúdo já havia sido avaliado pela Comissão de Bancas em 11 de novembro de
129 2017. Ela mencionou que a Congregação tinha estabelecido acordo de cavalheiros para adiamento
130 da aprovação do referido texto, habilitando-o à incorporação de colaborações da secretaria integrada,
131 cujos servidores são muito envolvidos nessa atividade. Lembrou que o Prof. Júlio, presidente da
132 comissão de bancas, encabeçara as discussões sobre a normativa e, assim, franqueou-lhe a palavra.
133 O Vice-Diretor explicou tratar-se da questão levantada por aqueles que costumam trabalhar nas
134 bancas examinadoras de concurso, cujos trabalhos se estendem até o período noturno, ultrapassando



135 a jornada dos secretários, tornando-se cansativo e, muitas vezes, afetando as aulas por ocupar
136 espaços destinados às disciplinas daquele turno. Em casos extremos, pode gerar recursos que, por sua
137 vez, demandam tempo para resposta e causam atraso na nomeação dos aprovados. Assim, o
138 documento elaborado em comum acordo, cuja versão inicial era dele próprio, tinha sido submetida à
139 análise e aprovação da Comissão de Bancas e apreciação dos TAES. O professor continuou
140 explanando que as grandes tônicas são determinar que nenhuma prova seja iniciada após as 18 horas
141 e zelar para que os trabalhos não ultrapassem o horário das 19 horas, coincidente com o início da
142 primeira aula do período noturno. Encerrou dizendo que a resolução que era projetada tinha o
143 objetivo de preservar as relações de trabalho e colaborar para a rápida aprovação e nomeação dos
144 aprovados. A Profa. Nena questionou a menção ao documento ser efetivo após 48 horas da sua
145 aprovação e foi apoiada pela Profa. Nildes que também entendia que, uma vez aprovado, o
146 documento já está em vigor. Os membros acordaram pela efetivação imediata, portanto, os termos
147 “48 horas” foram suprimidos. O Prof. Daniel Carvalho também se manifestou favorável à normativa
148 dizendo que a versão apresentada contemplava o objeto de sua preocupação com a possibilidade de
149 as etapas avaliativas serem interrompidas. Em sua opinião, aparentemente, a redação final resolvia a
150 questão. O docente também sugeriu suprimir a parte que sugeria evitar a interpelação de recursos,
151 considerando que o recurso é um direito de qualquer candidato, o que foi acatado por todos. A Sra.
152 Ana Paula Oliveira também apontou que a sugestão dos TAES sobre a jornada máxima de 8 horas de
153 trabalho diária não havia sido incorporada ao texto. O Prof. Zorzenon ponderou que a jornada
154 máxima de 8 horas máximas poderia coincidir com etapas em andamento e, eventualmente,
155 prejudicar a isonomia do certame, mas, inserindo recomendações para que a banca tivesse por
156 objetivo não agendar etapas para horário posterior às 18 horas e os trabalhos não ultrapassando o
157 horário das 19 horas, a questão poderia estar cercada. A Profa. Luciana, no entanto, entendia que essa
158 salvaguarda não estava explícita no texto e preocupou-se com a hipótese de a jornada dos servidores
159 ultrapassar 8 horas de trabalho mesmo com tais recomendações, considerando que os trabalhos têm
160 início às 8 ou 9 horas da manhã. O Prof. Marcello Branco também opinou que o regramento
161 excessivo poderia vir a engessar o processo. Então, a Sra. Maristela pediu permissão para se
162 pronunciar, pois, tinha participado da reunião com os colegas TAES que discutiram a proposta e ela
163 própria estava bastante familiarizada com o trabalho em bancas de concursos. Ela agradeceu a
164 permissão concedida pela presidente e explicou que – contrariamente à impressão dos componentes
165 da banca examinadora, que consideram o primeiro dia do certame o mais laborioso – para os
166 secretários o dia inicial era o mais tranquilo e previsível. A prova escrita, primeira etapa do concurso,
167 realizada na manhã do primeiro dia, tem duração pré-estabelecida de quatro horas e a tarde é
168 reservada para leitura das provas. Assim, a segunda etapa é, necessariamente, agendada para o dia



169 seguinte e, segundo a secretária, é a partir dessa fase que a previsão de tempo começa a falhar e o
170 trabalho a se acumular. Frisou que, em absoluto, a reivindicação dos secretários não pretendia
171 prejudicar os trabalhos, interromper provas já iniciadas ou afetar os candidatos já vivendo situação de
172 estresse. Ela explicou que o encurtamento do concurso gera o apressamento das atividades,
173 impactando a qualidade do trabalho e culminando com horários avançados. Também defendeu que
174 os organizadores do concurso estudam as possibilidades e quando estipulam o período já
175 consideraram o gerenciamento razoável das etapas e decisão da banca de suprimir o último dia,
176 prática muito comum, recaí sobre o secretário, cujas atividades não terminam com a publicação do
177 resultado final provisório e o encerramento dos trabalhos da banca examinadora. A Profa. Fabiana
178 sugeriu que não fosse citada na resolução a normativa restritiva sobre a jornada de 8 horas e
179 ponderou que todos os envolvidos deveriam estar cientes e prestar atenção nesses detalhes agora já
180 conhecidos de todos, completou dizendo que a Comissão de Bancas deveria avaliar também se o
181 prazo estipulado para o certame estaria de acordo com o volume de trabalho estimado. Terminou
182 dizendo que após avaliação da Comissão de Bancas a composição da banca examinadora e suas
183 diretrizes passam, também, pela Congregação, onde os TAEs têm assento e voz, devendo se
184 manifestar sempre que necessário. A Sra. Juliana acrescentou que a Lei 8112 que rege a jornada de
185 trabalho dos servidores públicos, em especial os TAEs que registram ponto, permite 8 horas de
186 trabalho e a possibilidade de 2 horas extras, desde que devidamente autorizada pela chefia. Portanto,
187 sugeriu que se a jornada de trabalho fosse incorporada ao texto, o termo “preferencialmente” fosse
188 utilizado. Entendendo que todos os servidores deveriam prestar mais atenção aos editais e concursos
189 elaborados pelo *campus*, a Profa. Luciana encaminhou a votação das duas propostas aventadas:
190 (1ª) o texto da Resolução permanecer como fora apresentado x (2ª) com a incorporação
191 “preferencialmente jornada de 8 horas”. **Venceu a primeira proposta, que recebeu treze votos**
192 **favoráveis. Foram computados seis votos para a segunda e duas abstenções. Então, o texto da**
193 **Resolução Normativa para a Comissão de Bancas permaneceu como inicialmente redigido e**
194 **apresentado aos conselheiros. A saber:** “Resolução xxx de de março de 2018. Dispõe sobre horários
195 para realização de etapas de Concurso Docente no Campus Osasco-UNIFESP. A Presidente da
196 Congregação do Campus Osasco, no uso de suas atribuições Estatutárias e tendo em vista deliberação
197 realizada em sessão ordinária, da mesma Congregação, do dia 02 de março de 2018 e:
198 **CONSIDERANDO** o número restrito de salas de aula e de Técnicos Administrativos em Educação, que
199 **exercem a Secretaria dos concursos; o horário limite para os serviços de transporte do campus, e a**
200 **necessidade de se garantir o exercício de jornada adequada de trabalho aos servidores públicos.**
201 **RESOLVE:** Art. 1º. Nenhuma etapa (prova escrita, prova didática, prova prática, arguição de memorial)
202 **de Concurso Público ou Processo Seletivo Simplificado para Docente poderá ser iniciada após às 18**



203 horas. Art. 2º. Durante o andamento dos trabalhos de realização do Concurso, todos os
204 encaminhamentos devem ter por objetivo que as etapas que estiverem em andamento não ultrapassem o
205 horário das 19 horas. Art. 3º. Casos excepcionais, que impliquem atrasos no início dos trabalhos das
206 etapas do Concurso Público ou do Processo Seletivo Simplificado para Docente e que podem levar à
207 necessidade de seu prolongamento para o período noturno, deverão ser comunicados às Diretorias
208 Acadêmica e Administrativa. Parágrafo único. No caso relatado no caput desse artigo, a ultrapassagem
209 do horário das 19 horas, para ocorrer, deverá contar com a concordância, por escrito, dos candidatos
210 sobranes, dos membros da banca e do servidor que estiver exercendo a secretaria do concurso. Art. 4º.
211 Esta resolução deve ser levada em conta pelos Departamentos e/ou seus representantes durante o
212 processo de composição da banca examinadora; pela Comissão de Bancas e pela Congregação no
213 processo de sua aprovação. Parágrafo único. No caso acima, deverão ser observados o número de
214 candidatos inscritos e a adequação do número de dias proposto para a realização do certame. Art. 5º.
215 Esta resolução entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação.” A Profa. Luciana encerrou o
216 ponto registrando em ata a reiteração do **compromisso da Comissão de Bancas de verificar**
217 **cuidadosamente se os dias reservados para o concurso são compatíveis com os trabalhos**
218 **esperados, levando em consideração o número de candidatos e as particularidades de cada**
219 **certame. E, ainda, a responsabilidade de a Congregação igualmente conferir com atenção as**
220 **decisões encaminhadas pelo referido órgão assessor e não tão somente homologá-las,**
221 **oferecendo a todos os servidores, inclusive TAEs, a oportunidade de se manifestar em caso de**
222 **alguma inconformidade ou qualquer apontamento que julguem necessário.** E, seguiu-se o item:
223 **(2) COMISSÃO DE MONITORIA PROGRAD** - Agradecendo pelo dedicado trabalho
224 exercido pela Profa. Ismara Izepe de Souza desde o ano de 2013 – quem solicitara substituição e se
225 oferecia para auxiliar durante o período de transição do posto – a Profa. Luciana explicou que
226 apenas uma docente tinha se candidatado e uma única outra se disponibilizava a ser suplente caso
227 nenhum(a) outro(a) colega se inscrevesse. Assim, não havendo necessidade de encaminhar votação, a
228 presidente consultou os conselheiros que, **por unanimidade, aprovaram a Profa. Dra. Liege**
229 **Mariel Petroni (titular) e a Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça (suplente) como**
230 **representantes do campus Osasco na Comissão de Monitoria da Pró-Reitoria de Graduação.**
231 **(3) CONSELHO FISCAL DA FAP-Unifesp** - A presidente lamentou que o quadro docente da
232 Eppen, apesar de toda expertise no assunto, não oferecia nenhum representante para compor o
233 Conselho Fiscal da FAP-Unifesp. Lembrou que o Prof. Sandro Braz já fazia parte do Conselho
234 Curador, mas, o campus era solicitado pelo CONSU a enviar um representante que pudesse
235 participar como suplente e, apesar, do reiterado convite, ninguém havia se inscrito. **Então,**



236 o Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno, se ofereceu para ser suplente no importante
237 conselho e obteve a aprovação dos demais conselheiros, registrando-se apenas uma abstenção.
238 **(4) PPC DO CURSO DE DIREITO** - O coordenador do curso, Prof. Dr. Daniel Campos de
239 Carvalho, repetiu a apresentação que já tinha feito à Câmara de Graduação e que fora considerada
240 muito esclarecedora, somada aos quatro pareceres emitidos por colegas escolhidos nessa instância. O
241 docente recapitulou o histórico do curso de Direito na Unifesp, remontando desde 2012 quando
242 surgiu a ideia de a Unifesp abarcar mais essa faculdade, destacando o momento em que a
243 Congregação manifestou o interesse de trazer o curso para o *campus* Osasco, em março de 2014, e o
244 fato de, por cinco anos, não terem sido abertas “janelas” para inscrições de cursos de Direito. Falou
245 brevemente sobre a construção daquele documento que abarcou reflexões sobre as características
246 demarcadas dos cursos de Direito no Brasil que vêm sendo replicadas e sobre a intenção de avançar
247 na promoção e ampliação do acesso à justiça. O professor chamou à atenção para o perfil do egresso
248 e pela inclinação à internacionalização constantes daquele PPC. Ao final da exposição, a Profa.
249 Marina Yamamoto pediu a palavra para agradecer ao Prof. Daniel por oferecer aos conselheiros os
250 mesmos subsídios com que os integrantes da Câmara de Graduação foram brindados na ocasião em
251 que aprovaram o documento. Retomando a palavra, a Presidente agradeceu a manifestação da
252 coordenadora da Câmara de Graduação e aproveitou para informar a aprovação da Profa. Marina
253 Mitiyo Yamamoto no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação do Inep
254 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Ela parabenizou a coordenadora pela
255 oportunidade conquistada que valoriza, também, a instituição. Abertas as inscrições, a representante
256 dos TAEs, Sra. Ana Oliveira, observou que o Quadro de Técnicos Administrativos continha
257 incorreções que ficaram de ser retificadas. O Prof. Douglas Mendosa cumprimentou o coordenador e
258 toda a comissão que trabalhou no documento e solicitou que o termo “eixo” fosse inserido de forma a
259 contemplar o Departamento Multidisciplinar como parte integrante da interdisciplinaridade. Nesse
260 momento, a Profa. Luciana esclareceu que os departamentos da Eppen não estavam nomeados para
261 evitar a necessidade de retificações caso outros departamentos viessem a ser criados. Com a palavra,
262 o Prof. Zorzenon lembrou que o PPC seria submetido a outras instâncias e, eventualmente, outros
263 ajustes seriam solicitados. **Assim, com o compromisso de a Comissão para o Curso de Direito
264 manter a Congregação informada tanto com relação às correções quanto sobre as etapas de
265 assentimento e adoção dos ajustes sugeridos, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, foi
266 unanimemente aprovado, com a expectativa de ser apresentado ao Conselho de Graduação na
267 primeira oportunidade.** Então, o Prof. Bueno pediu a palavra para parabenizar o coordenador,
268 o Vice-Diretor e a Comissão que trabalhara na elaboração do curso e do documento recém-
269 referendado e aproveitou para solicitar que o caso da Profa. Natasha - docente do Departamento de



270 Administração e participante na construção do curso de Direito – fosse analisado cuidadosamente
271 para que a carga horária prevista naquele curso embrionário não sobreponha os compromissos
272 assumidos no departamento de origem. Ele sublinhou que o padrão de carga horária usual na
273 Eppen fosse mantido e que, caso a referida docente tivesse de se dedicar ao novo curso, uma vaga
274 equivalente fosse concedida ao Departamento de Administração. Então, passou-se ao ponto:

275 **(5) PROFESSOR VISITANTE – Novas Diretrizes Apresentadas pelo CONSU** - A presidente
276 compartilhou a surpresa anunciada no Consu sobre a alteração das regras para contratação de
277 professor visitante. Ela lembrou que desde dezembro último o assunto vinha sendo tratado e fora
278 divulgado que cada *campus* teria direito a dez professores visitantes, exceção para São Paulo que
279 poderia contar com 18 e que novas diretrizes estavam sendo consideradas por conta da tendência à
280 internacionalização e, portanto, para contemplar os visitantes estrangeiros. Ela ponderou que, no caso
281 de Osasco, os visitantes atuam quase como substitutos, destoando, portanto, das novas diretrizes que
282 procuram fomentar a pesquisa e, nesse sentido, atribui maior participação das Câmaras de Pós-
283 Graduação e Pesquisa no processo de contratação. Reportou ter manifestado no CONSU a sua
284 opinião de que os departamentos devem ser consultados e não deixar a cargo das câmaras decidirem
285 pelas necessidades de cada departamento. Disse pretender oferecer prazo para devolutiva dos
286 conselheiros com reflexões acerca desse tema. Apesar de ter sido informada que as dez vagas
287 destinadas a Osasco estariam garantidas no formato vigente, encerrou dizendo não estar segura de
288 que isso fosse possível. Já o Prof. Júlio confirmou que a Reitoria assumira o compromisso de aprovar
289 as dez vagas antes da vigência das novas diretrizes. A Profa. Luciana Rosa demonstrou interesse em
290 contornar a restrição de ausências do país visitado por essa categoria de professores e,
291 principalmente, em prolongar a estadia dos visitantes para além de dois anos, ao que a Presidente
292 respondeu que a primeira reivindicação já estava contemplada nas novas diretrizes e justificou que a
293 última delas é determinada pela legislação. No entanto, se comprometeu a se certificar sobre esse
294 prazo antes de encaminhar devolutiva do *campus* Osasco sobre o assunto para o CONSU. Com a
295 palavra, o Prof. Bueno resolveu a questão colocada pela colega dizendo ser mesmo lei o período de
296 dois anos, assim como o prazo de dois anos de afastamento antes de o docente poder prestar serviço
297 público federal novamente, que chamou de “obrigatoriedade de permanecer dois anos na geladeira”.
298 Ele revelou ter se debruçado sobre a minuta e compartilhou suas contribuições que versavam sobre:

299 ▲ Artigo 1º “... *com projeção internacional.*...” - O Prof. Bueno também apontou que as credenciais
300 do visitante deveriam estar de acordo com as necessidades e interesses de cada departamento
301 contratante, portanto, projeção internacional poderia não ser relevante em determinadas matérias;

302 ▲ Artigo 4º, inciso II - O professor opinou que vedar a interlocução do visitante com assuntos da
303 graduação contraria as necessidades da pós-graduação e, assim, recomendou supressão do inciso;



304 ▲ Artigo 5º, inciso III do 2º parágrafo - O chefe do Departamento de Administração disse
305 entender que a emissão de parecer sobre equivalência de nível de carreira é competência da CPPD;
306 ▲ Artigo 5º, inciso IV do 2º parágrafo da mesma forma, o professor entendia que tal incumbência
307 cabe ao órgão contratante; e ▲ Artigo 5º, inciso V do 2º parágrafo - Concluiu dizendo ser muito
308 subjetivo. Ele, então, se ofereceu para encaminhar todos os seus apontamentos para serem somados
309 às demais contribuições, frisando que suas preocupações eram, principalmente, a observância da
310 legislação já vigente e a inclusão dos conselhos dos departamentos. Por fim, ele disse concordar com
311 o “espírito” do documento que, após as colaborações dos envolvidos, poderia chegar a um termo
312 satisfatório. Com a palavra, o Prof. Zorzenon lembrou que o *campus* Osasco tinha sido pioneiro em
313 criticar a restrição de viagens para fora do país, levando à elaboração de novas regras que ora
314 estavam sendo debatidas. Lembrou que as necessidades do *campus* fizeram com que os visitantes
315 fossem incorporados quase como substitutos, mas, o caminho a ser traçado a partir daquele momento
316 seria na direção de privilegiar a pesquisa e a extensão, o que, certamente, causaria estranhamento,
317 mas, haveria um período de transição entre as regras a que estão acostumados e as novas diretrizes.
318 Recomendou que os casos de contratação de visitantes, programados antes dessa novidade, deveriam
319 ser despachados o mais rapidamente possível para que fossem analisados à luz das regras
320 conhecidas. Destacou que seus apontamentos coincidiam com os que o colega já tinha sublinhado,
321 acrescentando a necessidade de supressão do Artigo 2º. E, concluiu que aquelas mudanças tornavam
322 o momento reflexivo sobre onde se está e onde se pretende chegar. A Profa. Fabiana concordou com
323 seus pares e reforçou a proposta de que os conselhos departamentais deveriam ter um tempo para
324 debaterem internamente as novas regras. Então, após unanimidade de consenso, **a presidente**
325 **sentenciou que a resolução seria enviada novamente a todos os conselheiros para que estes**
326 **encaminhassem as discussões nos âmbitos internos pertinentes e devolvessem suas**
327 **contribuições até o dia 9 de março para serem compiladas - já considerando os aspectos ali**
328 **mencionados de os departamentos estarem presentes e atuantes na contratação dos visitantes,**
329 **que a contratação não seja restrita a candidatos com projeção internacional, supressão do**
330 **Artigo 2º permitindo, assim, a interlocução com a graduação e, por fim, de que a minuta passe**
331 **pela apreciação da Procuradoria dada a necessidade de observância da legislação em vigor - e**
332 **repassadas em tempo hábil para a sessão do CONSU.** A Profa. Luciana introduziu o ponto
333 subsequente lembrando estar entendido que o item a ser debatido se encaixava nas regras antigas:
334 **(6) CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE PARA O DEPARTAMENTO DE**
335 **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** - A Profa. Fabiana Dessotti explicou que a Profa. Vanessa
336 Braga Matijasic tinha solicitado exoneração do cargo de professora visitante e tendo sido
337 responsável por uma disciplina obrigatória, a situação acabou obrigando outro professor a ampliar



338 sua carga horária para 12 horas semanais, divergindo da prática usual. Relatou que fora feita
339 chamada pública e das dez pessoas que haviam se candidatado, um nome despontava como o mais
340 indicado para cobrir tal vacância. Destacou a formação da candidata e sua experiência em diversas
341 áreas das Relações Internacionais, além do fato de ela ser estrangeira, o que estava sendo muito bem
342 visto pelo conselho do departamento. Após a explanação da chefia de departamento e exposição dos
343 documentos que tinham sido encaminhados antecipadamente e eram simultaneamente
344 projetados, **os conselheiros foram unânimes em aprovar a contratação da Profa. Dra.**
345 **Marina Gisela Vitelli como professora visitante do Departamento de Relações Internacionais.**
346 **(7) CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE PARA O DEPARTAMENTO DE**
347 **ADMINISTRAÇÃO** - Com a palavra, o Prof. Bueno explicou tratar-se de processo similar ao item
348 que acabara de ser votado e agradeceu à secretária que, gentilmente, tinha dado conta de orientá-lo e
349 de encaminhar tudo às devidas instâncias. Destacou a experiência editorial do candidato, bem como
350 seu vasto trabalho na pós-graduação. Citou o fato de ele ter livros publicados no exterior e, também,
351 numerosos artigos com avaliação A2 e A1 publicados nos últimos quatro anos. Ainda, resumiu o
352 perfil delineado pelo Departamento de Administração, identificando os aspectos com os quais o
353 candidato poderia colaborar para o adensamento das atividades. E, por fim, demonstrou que o Plano
354 de Trabalho prevê lecionar na graduação, atividades na pós-graduação e ações de extensão. Abertas
355 as inscrições, a Profa. Nildes foi a primeira a se manifestar e chamou a atenção para sua própria fala
356 recorrente a respeito de currículos inflados. Ela relatou não ter participado da reunião do conselho de
357 departamento por ter estado em outra plenária no mesmo dia e hora, portanto, não compartilhava
358 daquela aprovação. Continuou dizendo que quando da apresentação do nome indicado, as referências
359 eram as de excelência, no entanto, tratava-se de candidato reprovado em processo seletivo
360 simplificado do *campus* anteriormente. Acrescentou que, então, fora sugerida a apresentação de
361 indicações pelo prazo de uma semana e já acompanhadas de Plano de Trabalho. A professora contou
362 ter lhe chamado à atenção o fato de o nome do candidato apontado como já rejeitado em processo
363 seletivo do *campus* ainda estar listado, além de outros dois, sendo todos oriundos da mesma
364 instituição. Ela disse não se sentir contemplada e tampouco confortável por não ter tido tempo hábil
365 de verificar rigorosamente a existência de conflito de interesses e se mostrou admirada com o fato de
366 os únicos candidatos que tiveram condições de apresentar Plano de Trabalho em tão curto espaço de
367 tempo e serem todos vinculados entre si. Reiterou aquilo que disse ter expressado na reunião da
368 comissão de curso, a preocupação quantitativa em detrimento da análise qualitativa dos candidatos.
369 A professora fez questão de registrar a sua preocupação de não fazer da universidade pública um
370 ambiente propício para a instalação de grupos com interesses privados. Ela quis se certificar que o
371 processo fosse bem encaminhado. A Profa. Luciana lembrou que já havia um ano ela tinha se



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/02/03/2018/ORD.

372 reunido com as chefias de departamentos para incentivar a ocupação das oito vagas de professor
373 visitante a que o *campus* Osasco teria direito e essas vagas ainda não estavam todas preenchidas. O
374 Prof. Mauri usou a palavra para dizer que o Departamento Multidisciplinar, finalmente, também
375 tinha definido em reunião de conselho o nome a ser indicado para contratação como professor
376 visitante e, então, quis saber se a indicação ali apresentada também tinha sido decidida em reunião de
377 conselho, para a qual todos os docentes do departamento tinham sido convocados. O Prof. Bueno
378 respondeu afirmativamente ao questionamento do colega dizendo que o conselho do departamento
379 esteve reunido e aprovou por unanimidade a indicação daquele candidato, ao que a Profa. Nildes
380 acrescentou ter disso unanimidade de quórum reduzido. O Prof. Mauri, por sua vez, se deu por
381 esclarecido. O chefe do departamento, então, usou do direito à réplica e prosseguiu dizendo lamentar
382 que a professora não tivesse comparecido à reunião do departamento por participar de outra reunião,
383 do ConPessoas e que tal fato a tivesse impossibilitado de sanar as dúvidas. Ele esclareceu ter havido
384 informe na Comissão do Curso com sete dias de antecedência e que todos os docentes tinham sido
385 convidados a participar da referida reunião e, ainda, sugeriu que ela encaminhasse sua reclamação
386 para o Conselho de Departamento poder verificar, instaurando comissão de averiguação e
387 encaminhando medidas cabíveis. Em sua tréplica, a Profa. Nildes questionou se decisões importantes
388 seriam sempre tomadas com prazos exíguos, como vinha acontecendo repetidamente. Ela disse se
389 sentir pressionada a tomar decisões de última hora. Então foi a vez da Profa. Marina que externou
390 incômodo com os processos comumente exaustivos dos órgãos públicos. Referiu-se especificamente
391 à contratação de professor visitante, o qual o seu próprio departamento também ainda encaminhava e
392 ponderou que, apesar de toda a atenção dedicada, os momentos de decisão pareciam ser sempre
393 breves, levando-a a acreditar que isso faz parte do dia a dia no serviço públicos. Concluiu dizendo
394 que muitos foram os percalços enfrentados e, vaticinou, ainda por enfrentar. Ao encerrar, quis
395 reforçar a recomendação da Profa. Luciana sobre a ocupação dessas vagas de professor visitante, por
396 mais desgastante que fosse o processo. A presidente, então, corroborou a fala da coordenadora,
397 dizendo que, apesar de todos os esforços da Diretoria Acadêmica para fortalecer o quadro docente do
398 *campus*, somados às providências dos departamentos, ainda havia vagas de professor visitante não
399 aproveitadas. Ela destacou que, conforme tinha sido debatida em item anterior daquela pauta, a
400 política de contratação estava por mudar de modo que, em futuro breve, os professores visitantes
401 estariam desvinculados dos postos de substitutos ou outras modalidades. O Prof. Zorzenon ponderou
402 que as ações nos órgãos públicos são controladas e as regras, por vezes burocráticas, têm de ser
403 seguidas. Assinalou que, por não ser objeto de normativa, a contratação de professores visitantes
404 para atuarem como substitutos tinha sido uma espécie de adaptação às regras encontrada pela
405 instituição para atender às necessidades mais prementes. Então, diante da perspectiva de mudança



406 das regras – que ele entendia como saudável e fruto do amadurecimento da universidade que, em sua
407 expansão, já contava 12 anos - recomendou que todos os departamentos se apressassem na utilização
408 das vagas disponíveis. Sobre o caso especificamente pautado, explicou que chegava aos conselheiros
409 a aprovação daquele candidato pelo departamento contratante e, portanto, assim deveria ser avaliado.
410 Com relação às divergências de interpretação apontadas pela Profa. Nildes e seu pleito por
411 esclarecimentos, deveriam ser tratados como questões internas do próprio departamento. Assim, a
412 **presidente registrou o compromisso assumido pelo chefe do Departamento de Administração**
413 **de averiguar os questionamentos internos e encaminhar verificação sobre os prazos para**
414 **convocação de reuniões e para tomadas de decisões, à luz do regimento.** Por fim, encaminhou a
415 votação que, por maioria dos votos e onze abstenções, **resultou na aprovação da contratação do**
416 **Prof. Dr. Fernando Antonio Ribeiro Serra como visitante do Departamento de Administração.**

417 **(8) PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO DEPARTAMENTO DE**
418 **ADMINISTRAÇÃO - Apreciação de banca examinadora para contratação de substituto(a)**
419 **da docente afastada sem vencimentos, Profa. Natasha Schmitt Caccia Salinas** - O Prof. Bueno
420 apresentou a sugestão de banca examinadora para o certame, explicando que o documento já tinha
421 sido elaborado em ocasião anterior, pois, era previsto para outubro de 2017, e, não tendo sido levado
422 a termo, sofrera alterações. Apontou a Profa. Carolina Leister como presidente e do professor Tulio
423 como titular externo ao departamento. Foram observados alguns lapsos de digitação e a incorreção
424 do departamento de um dos membros (Prof. Daniel Carvalho do Departamento de Relações
425 Internacionais constando como sendo do Departamento de Administração). Então, o Prof. Zorzenon
426 lembrou que essa composição tinha sido apresentada na reunião da Congregação de 10 de novembro
427 de 2017 quando a Profa. Miriam, representando o curso, preferiu retirar o ponto da pauta, uma vez
428 que a composição da banca não tinha sido concluída na Comissão de Bancas que antecederia a
429 sessão. Ele destacou que a composição ora apresentada, agora completa, também não havia sido
430 apreciada ou aprovada pela Comissão de Bancas, órgão assessor da Congregação que tem a função
431 de analisar a composição, cruzando com a lista de candidatos, com o objetivo de eliminar conflitos
432 de interesses e quaisquer possíveis problemas. A Profa. Fabiana argumentou que a Comissão de
433 Bancas tem papel fundamental na composição da banca examinadora, sugeriu, então, que o assunto
434 fosse pautado na próxima sessão, após avaliação do órgão assessor. O Prof. Zorzenon explicou que
435 na ocasião anterior, quando a banca tinha sido analisada pela comissão de bancas, o único problema
436 apontado era o fato de a Profa. Natasha constar como membro o que tinha sido considerado
437 incongruente, uma vez que ao estar afastada, a docente não poderia constar como interna e, da
438 mesma forma, não poderia ser considerada externa, uma vez que o seu vínculo com a instituição
439 permanecia. Acrescentou que o chefe do Departamento de Administração tinha insistido em



440 apresentar o assunto aos conselheiros mesmo sabendo que uma das etapas não havia sido cumprida.
441 O Vice-Diretor esclareceu que, mediante a explicação do colega de que o caso era urgente, já tinha
442 sido cuidadosamente avaliado no âmbito do departamento e considerando que o próprio professor se
443 encarregaria de explicar a sua demanda ao colegiado, havia inserido o ponto de pauta, oferecendo a
444 chance do debate. O Prof. Bueno, por sua vez, defendeu que todos os esforços estavam sendo feitos
445 em benefício dos alunos, para que estes recuperassem suas aulas. A presidente lamentou saber que
446 tal documento estava sendo apresentado sem ter passado pelas instâncias anteriores. Ela se desculpou
447 por não ter acompanhado de perto a elaboração da pauta, deixando de verificar se todas as etapas
448 tinham sido cumpridas e declarou que só aceitaria tal impertinência em razão da urgência do tema,
449 deixando claro que pontos de pauta sem os devidos subsídios não seriam mais aceitos. A presidente
450 também destacou a necessidade de a documentação, mesmo se aprovada por aquele colegiado, ainda
451 deveria cumprir os demais trâmites exigidos por outras instâncias, portanto, a realização do certame
452 não estava garantida. **Em regime de votação, por maioria dos votos e quatro abstenções, a banca**
453 **examinadora para o Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Administração, área:**
454 **Administração, subárea: Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, foi aprovada.** O
455 Prof. Bueno agradeceu novamente à colaboração de todos que colaboraram para a inclusão daquele
456 item na ordem do dia, da presidente por ter permitido a apresentação do ponto e do colegiado de
457 forma geral pela aprovação do documento. A Profa. Luciana reforçou o pedido de pontualidade nos
458 próximos encontros e encerrou os trabalhos às 13h15min. Eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei esta
459 ata.

460 Osasco, 02 de março de 2018.

461 _____
462 Prof. Dra. Luciana Massaro Onusic

463 Sra. Alessandra Ramada da Matta _____
464 Sra. Ana Paula Rocha Garcia de Oliveira _____
465 Sra. Andreia Naomi Kuno _____
466 Sr. Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias _____
467 Profa. Dra. Cintia Rejane Möller Araújo _____
468 Prof. Dr. Daniel Campos de Carvalho _____



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/02/03/2018/ORD.

469	Prof. Dr. Danilo Braun Santos	_____
470	Prof. Dr. Douglas Mendosa	_____
471	Sr. Enzo Gabriel Nogueira Lima	_____
472	Profa. Dra. Fabiana Rita Dessotti	_____
473	Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz	_____
474	Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa	_____
475	Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho	_____
476	Prof. Dr. Marcello Simão Branco	_____
477	Sra. Maria Rosa Carnicelli Kushnir	_____
478	Profa. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto	_____
479	Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira	_____
480	Profa. Dra. Nena Geruza Cei	_____
481	Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite	_____
482	Sr. Renato Campioni de Silos Ortega	_____
483	Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno	_____
484	Sra. Maristela Bencici Feldman	_____